



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

ATA 01/2024

JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, as nove horas e trinta minutos, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações designados pela Portaria nº 17.190/2024 para deliberar acerca das impugnações ao edital de Pregão Eletrônico nº 03/2024, objetivando a aquisição de um micro-ônibus para utilização da Secretaria Municipal da Saúde, ambos protocolados pela empresa MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.440.065/0001-71 através da plataforma BLL e registrados sob nº 24.003, de 07/02/2024 e 24.013 de 15/02/2024.

Em análise preliminar, os pedidos são tempestivos nos termos da Lei 14.133/2021 e Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2024. Passando-se à sua apreciação.

Alega a impugnante que “o edital ora impugnado contém defeitos, tendo em vista o total direcionamento de seu termo de referencia para somente quem já tenha o produto a pronta entrega, razões pelas quais urge necessários e imprescindíveis suas alterações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.”

Requer a impugnante, que o prazo para entrega do veículo seja alterado de 60 dias para 120 dias após a assinatura da sua solicitação.

Como bem justificado no item 3 do Termo de Referência, Anexo III do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2024, a contratação pretendida tem por objetivo a aquisição de um micro-ônibus. O Município possui um micro-ônibus que completou 20 anos de idade em 2023, e por este motivo não pode mais ser utilizado para viagens intermunicipais e será leiloado. Desta forma, visualiza-se o INTERESSE PÚBLICO, uma vez que, a aquisição do novo micro-ônibus pretende atender demanda de transporte de passageiros da Secretaria de Saúde para consultas e exames em hospitais de referencia da região, além de atender a viagens que possam surgir nas Secretarias de Educação e Cultura e Secretaria de Assistência Social.

O Município possui necessidade de ter esta contratação formalizada e que o veículo seja entregue com a maior brevidade possível, não sendo viável protelar seu



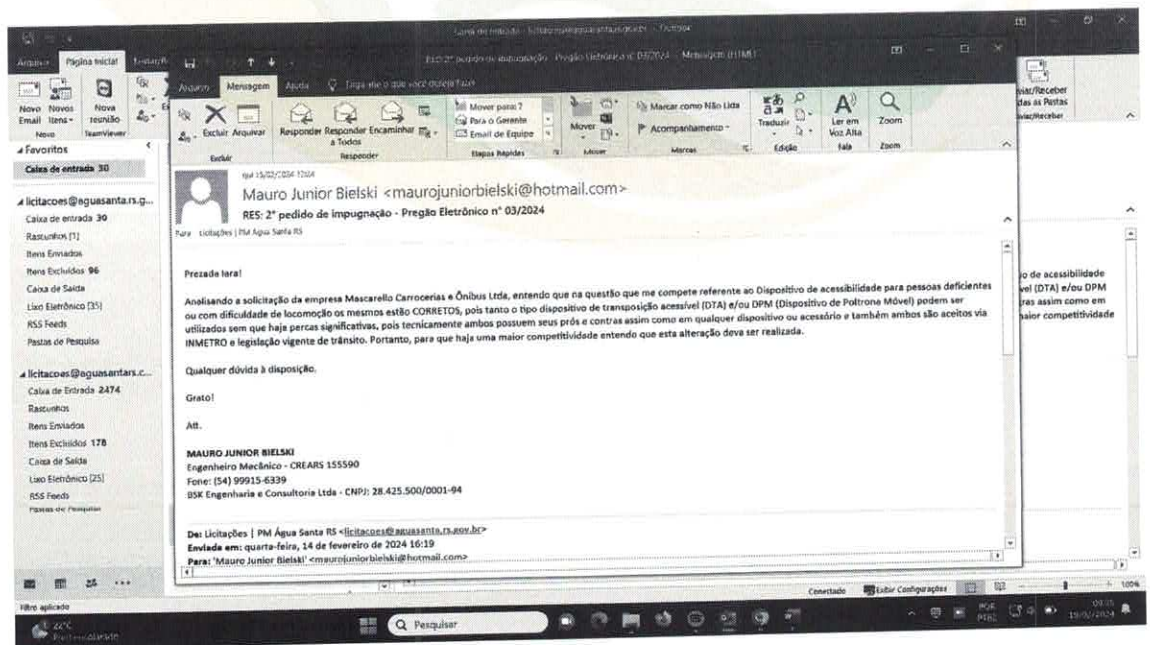
prazo em razão de o Município ter que se adequar às necessidades de uma empresa privada, causando, desta forma prejuízos aos munícipes e aos cofres públicos, visto que pode ser necessário locar veículos para atender as demandas, em desacordo com o princípio da economicidade e princípio da supremacia do interesse público.

A definição do prazo de entrega é uma ação DISCRICIONÁRIA do Município, devendo ser estabelecida em conformidade com as NECESSIDADES que deverão ser atendidas.

Em relação à exigência por parte do Município na descrição do objeto que o veículo tenha dispositivo de acessibilidade para pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção do tipo dispositivo de transposição acessível (DTA), a impugnante requer alteração para que o objeto tenha dispositivo de acessibilidade para pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção do tipo dispositivo de transposição acessível (DTA) e/ou dispositivo de poltrona móvel (DPM).

Alega a impugnante que “o modelo DTA é de uso exclusivo da encarroçadeira Marcopolo para o seu produto Volare. Todas as demais montadoras e encarroçadoras utilizam o modelo DPM.”

Em consulta ao Engenheiro Mecânico que auxiliou na elaboração da descrição do objeto, a Comissão obteve a seguinte orientação:





Em face do exposto, a Comissão entende que não assiste razão à impugnante no que tange ao atendimento à alteração do prazo de entrega do veículo de 60 para 120 dias, porém, em relação ao descritivo do objeto, de acordo com as considerações do Engenheiro Mecânico será dado conhecimento ao requerido pela impugnante, motivo pelo qual fazendo as devidas alterações e republicação do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2024. Nada mais a constar, a Ata passa a ser assinada pelos presentes.



MASCARELLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA	
SECRETARIA	
PROTOCOLADO	
Nº 24.003	DATA 07.02.24
ENCAMINHADA	15

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA - RS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

A MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.440.065/0001-71, com sede na Av. Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Santos Dumont, Cascavel, PR, doravante denominado Mascarello, por seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, nos termos do disposto no artigo nº 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em referência, nos seguintes termos:

INTRODUÇÃO

A Mascarello teve acesso ao Edital e constatou que, tal como formulada a licitação, haverá enorme restrição do universo de ofertantes, por desatendimento a diversos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, a qual tem aplicação subsidiária à modalidade de Pregão.

Tal vício do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a rigidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A Mascarello pede vênica para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 22 de fevereiro de 2024, às 08h30min sendo o prazo e as normas para impugnação regulamentada pelo artigo 164 da lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos: "Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame." Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a data fixada para recebimento das propostas, o prazo para interposição de Impugnação encerra-se em 16 de fevereiro de 2024. Em face do exposto, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

III DA CLÁUSULA IMPUGNADA

1) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Traz o edital em seu texto:

Edital solicita: Prazo de entrega 60 (sessenta) dias.

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58



MASCARELLO

O edital ora impugnado contém defeitos, tendo em vista o total direcionamento de seu termo de referência para somente quem já tenha o produto a pronta entrega, razões pelas quais urge necessários e imprescindíveis suas alterações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

IV - DA PRINCIPIOLOGIA

Ainda, no que tange ao procedimento em si e aos princípios do ordenamento jurídico, os princípios da impessoalidade, igualdade, competitividade e economicidade são também exigidos pela Lei nº 14.133/2021, em seu capítulo II artigo 5º, a qual tem aplicação subsidiária ao procedimento de pregão.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da **impessoalidade**, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da **igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da **competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da **economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ademais, o artigo 9º da Lei 14.133/2021 estabelece algumas regras os quais deverão ser observados para a busca da proposta mais vantajosa, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

Por fim, entende-se esta exigência não possui fundamentação, estando assim, data vênia, equivocada, merecendo reforma.

A Constituição Federal (artigo 5º, inciso LV) assegura a todos o Direito de Petição e o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula 473, esclarecendo que a Administração Pública, por sua vez, pode anular ou revogar seus atos quando eivados de vícios que os tomam ilegais ou por conveniência e oportunidade, respectivamente, senão vejamos:

"Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tomam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá- los, por conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazzetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58



MASCARELLO

Portanto, nada mais idôneo que sanar tal equívoco reformando o ato, atendendo assim aos primordiais princípios das licitações.

E, por derradeiro, sendo julgadas improcedentes as solicitações supra, solicita-se, desde logo, o encaminhamento do presente RECURSO à apreciação da Autoridade Superior Competente, nos termos da legislação em vigor.

V. DO REQUERIMENTO.

Por todo o exposto, requer-se as seguintes alterações:

Edital solicita: Prazo de entrega 60 (sessenta) dias.

Solicitamos alterar para: Prazo de entrega 120 (cento e vinte) dias.

Motivo: Da análise das exigências feitas pelo órgão público, pode-se observar que não é possível cumprir o prazo de entrega de no máximo 60 (sessenta) dias.

O órgão estabelece prazo de entrega de no máximo 60 (sessenta) dias a contar de sua solicitação. Ora, nenhuma empresa consegue atender tal prazo se não começar a produzir o veículo em questão antes mesmo de ser realizada a sessão pública de licitação. Para o fornecimento de um ônibus é necessária a aquisição de um chassi e posterior fabricação da carroceria, o que demanda um prazo maior para entrega.

Nenhuma empresa produziria um ônibus se não tivesse certeza de que seria vencedora do certame licitatório. Isto é um indicio de direcionamento do Edital, pois determinada empresa sabedora que sagrar-se-á vencedora, já começa a produzir o veículo objeto desta licitação.

Vale frisar que o veículo, com todas as exigências realizadas pelo órgão público, necessita de um **prazo de até 120 (cento e vinte) dias** para ser produzido e entregue.

A situação acima narrada, além de evidenciar um direcionamento da licitação, fere o princípio constitucional da isonomia, pois determinada empresa possui vantagem em detrimento de outras.

Importante salientar, que a impugnante atende todos os outros requisitos do Edital, contudo necessita de um **prazo de 120 (cento e vinte) dias** para cumprir com todas as suas exigências.

Ao permitir que o prazo de entrega seja de 60 (sessenta) dias, o órgão licitante restringirá o número de participantes e conseqüentemente deixando de avaliar a proposta mais vantajosa para ela.

VI. DOS PEDIDOS.

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

- 1) A republicação do Edital, inserindo a alteração qui pleiteada,

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58



MASCARELLO

reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, d art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

- 2) O deferimento do adiamento da sessão de licitação para a próxima data disponível após o prazo condizente a ser concedido para as adequações a serem realizadas pelo impugnante, sob pena de tomadas das medidas cabíveis para discussão das questões aqui trazidas.

Nestes termos,

Aguardo Deferimento.

Cascavel, 07 de fevereiro de 2024

RENATO IANELLI

Supervisor de vendas em licitação

Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.

comercial.renato@mascarello.com.br

(11)96468-0069

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58



MASCARELLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA	
SECRETARIA	
PROTOCOLADO	
Nº 24.013	DATA 15.02.24
ENCAMINHADA	5

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA - RS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

A MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.440.065/0001-71, com sede na Av. Aracy Tanaka Biazzetto, nº 16.450, Santos Dumont, Cascavel, PR, doravante denominado Mascarello, por seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, nos termos do disposto no artigo nº 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em referência, nos seguintes termos:

INTRODUÇÃO

A Mascarello teve acesso ao Edital e constatou que, tal como formulada a licitação, haverá enorme restrição do universo de ofertantes, por desatendimento a diversos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, a qual tem aplicação subsidiária à modalidade de Pregão.

Tal vício do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a rigidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A Mascarello pede vênias para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 22 de fevereiro de 2024, às 08h30min sendo o prazo e as normas para impugnação regulamentada pelo artigo 164 da lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos: "Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame." Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a data fixada para recebimento das propostas, o prazo para interposição de Impugnação encerra-se em 16 de fevereiro de 2024. Em face do exposto, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

III DA CLÁUSULA IMPUGNADA

1) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Traz o edital em seu texto:

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazzetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58



MASCARELLO

Edital solicita: Dispositivo de acessibilidade para pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção do tipo dispositivo de transposição acessível (DTA).

O edital ora impugnado contém defeitos, tendo em vista o total direcionamento de seu termo de referência para somente uma única fabricante, razões pelas quais urge necessários e imprescindíveis suas alterações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

IV - DA PRINCIPIOLOGIA

Ainda, no que tange ao procedimento em si e aos princípios do ordenamento jurídico, os princípios da impessoalidade, igualdade, competitividade e economicidade são também exigidos pela Lei nº 14.133/2021, em seu capítulo II artigo 5º, a qual tem aplicação subsidiária ao procedimento de pregão.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da **impessoalidade**, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da **igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da **competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da **economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ademais, o artigo 9º da Lei 14.133/2021 estabelece algumas regras os quais deverão ser observados para a busca da proposta mais vantajosa, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

Por fim, entende-se esta exigência não possui fundamentação, estando assim, data vênua, equivocada, merecendo reforma.

A Constituição Federal (artigo 5º, inciso LV) assegura a todos o Direito de Petição e o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula 473, esclarecendo que a Administração Pública, por sua vez, pode anular ou revogar seus atos quando eivados de vícios que os tomam ilegais ou por conveniência e oportunidade, respectivamente, senão vejamos:

"Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tomam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58



MASCARELLO

revogá- los, por conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Portanto, nada mais idôneo que sanar tal equívoco reformando o ato, atendendo assim aos primordiais princípios das licitações.

E, por derradeiro, sendo julgadas improcedentes as solicitações supra, solicita- se, desde logo, o encaminhamento do presente RECURSO à apreciação da Autoridade Superior Competente, nos termos da legislação em vigor.

V. DO REQUERIMENTO.

Por todo o exposto, requer-se as seguintes alterações:

Edital solicita: Dispositivo de acessibilidade para pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção do tipo dispositivo de transposição acessível (DTA).

Solicitamos alterar para: Dispositivo de acessibilidade para pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção do tipo dispositivo de transposição acessível (DTA) e/ou DPM (Dispositivo de Poltrona Móvel).

Motivo: O modelo DTA é de uso exclusivo da encarroçadora Marcopolo para o seu produto Volare. Todas as demais montadoras e encarroçadoras utilizam o modelo DPM.

VI. DOS PEDIDOS.

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

- 1) A republicação do Edital, inserindo a alteração qui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, d art. 55, da Lei nº 14.133/2021.
- 2) O deferimento do adiamento da sessão de licitação para a próxima data disponível após o prazo condizente a ser concedido para as adequações a serem realizadas pelo impugnante, sob pena de tomadas das medidas cabíveis para discussão das questões aqui trazidas.

Nestes temos,

Aguardo Deferimento.

Cascavel, 14 de fevereiro de 2024

RENATO IANELLI

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58



MASCARELLO

Supervisor de vendas em licitação

Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.

comercial.renato@mascarello.com.br

(11)96468-0069

GRUPO Mascarello

Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Bairro Santos Dumont – Cascavel (PR) - Fone (45) 3219-6000
CNPJ – 05.440.065/0001-71 Insc.Estadual: 902.72930-58

Licitações | PM Água Santa RS

De: Mauro Junior Bielski <maurojuniorbielski@hotmail.com>
Enviado em: quinta-feira, 15 de fevereiro de 2024 12:24
Para: Licitações | PM Água Santa RS
Assunto: RES: 2º pedido de impugnação - Pregão Eletrônico nº 03/2024

Prezada Iara!

Analisando a solicitação da empresa Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda, entendo que na questão que me compete referente ao Dispositivo de acessibilidade para pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção os mesmos estão CORRETOS, pois tanto o tipo dispositivo de transposição acessível (DTA) e/ou DPM (Dispositivo de Poltrona Móvel) podem ser utilizados sem que haja percas significativas, pois tecnicamente ambos possuem seus prós e contras assim como em qualquer dispositivo ou acessório e também ambos são aceitos via INMETRO e legislação vigente de trânsito. Portanto, para que haja uma maior competitividade entendo que esta alteração deva ser realizada.

Qualquer dúvida à disposição.

Grato!

Att.

MAURO JUNIOR BIELSKI

Engenheiro Mecânico - CREARS 155590
Fone: (54) 99915-6339
BSK Engenharia e Consultoria Ltda - CNPJ: 28.425.500/0001-94

De: Licitações | PM Água Santa RS <licitacoes@aguasanta.rs.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 14 de fevereiro de 2024 16:19
Para: 'Mauro Junior Bielski' <maurojuniorbielski@hotmail.com>
Assunto: ENC: 2º pedido de impugnação - Pregão Eletrônico nº 03/2024

Iara Rossi Panisson

Setor de Licitações
Pref. Municipal de Água Santa - RS
licitacoes@aguasanta.rs.gov.br
(54)3348-1080

De: Renato Ianelli <comercial.renato@mascarello.com.br>
Enviada em: quarta-feira, 14 de fevereiro de 2024 15:17
Para: Licitações | PM Água Santa RS <licitacoes@aguasanta.rs.gov.br>
Cc: Maxwell Guedes <comercial.maxwell@mascarello.com.br>
Assunto: 2º pedido de impugnação - Pregão Eletrônico nº 03/2024

Boa tarde Iara Rossi Panisson,

Venho por meio desta impugnar o referido edital devido ao total direcionamento do seu termo de referência para somente uma única encarregadora.

Ciente de vossa compreensão.

Ficaremos no aguardo de um breve parecer favorável.

Atenciosamente



Renato Ianelli
Supervisor de vendas em licitação
(45)3219-6000
(11)96468-0069
www.mascarello.com.br
www.grupomascarello.com.br

Missão: **Surpreender os clientes com as melhores soluções para mobilidade de pessoas.**